

O (des)governo da velhice: cartogenealogias de/em uma pandemia

(Mis) Governing the elderly:
cartogenealogies of / during a pandemic

Fernando Altair Pocahy

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
fernando.pocahy@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-7884-4647>

*Recebido em 02 de fevereiro de 2021
Aprovado em 24 de março de 2022
Publicado em 22 de setembro de 2022*

RESUMO

Este trabalho acompanha a emergência de redes enunciativas em torno do “governo da velhice” no contexto da pandemia provocada pela Covid-19. O lócus central de análise parte de pedagogias e artefatos culturais associados à interpelação da população idosa como grupo de/em risco. Através de um estudo *cartogenealógico* investigamos algo da emergência de pedagogias e representações que reforçam a autorresponsabilização dos/as idosos/as por supostos riscos auto-infligidos, reforçados por tutela parental e social. As evidências empíricas (*memes* e *cards*) que apoiam nossas problematizações sugerem a correlação entre elementos de cultura *idadista* associada ao recrudescimento de vulnerabilidade social dos/as idosos/as. Ponderamos ainda que esta correlação de forças é, neste momento, mais fortemente balizada por racionalidade biopolítica neoliberal, ademais de (im)posturas ultraconservadoras e negacionistas que passam a redefinir os termos da governamentalidade contemporânea local.

Palavras-chave: Envelhecimento; Covid-19; Governamentalidade.

ABSTRACT

This work is a response to the increasing number of pronouncements across various media on how the “government should treat the elderly” in the context of the pandemic caused by the Covid-19us. The analytical focus is based on the training principles and cultural artifacts that contribute to the understanding of the at risk nature of the elderly. Through a cartogenealogical study we investigated something about the emergence of pedagogies and representations that reinforce the self-responsibility of the elderly

for supposed self-inflicted risks, reinforced by parental and social protection. The empirical evidence (memes and cards) that supports the issues being hypothesized suggests a correlation between cultural attitudes towards support for the elderly and the increasing social vulnerability of the elderly. We also believe that this correlation of factors has been strongly affected at present by a neoliberal biopolitical philosophy, as well as an ultraconservative posture and denialism, which has redefined the approach to local governmentality.

Keywords: Aging ; Covid-19; Governmentality.

PA

A velhice (in)governável

Dados do Disque 100 – serviço vinculado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – apontam que o número de denúncias de violência contra idosos(as) quintuplicou nos primeiros meses da pandemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2, Covid-19. Foram registradas três mil denúncias em março, oito mil em abril e, somente em maio, dezessete mil notificações (Brasil, 2020). Muito provavelmente esses números não acompanham a real situação de violação de direitos das pessoas idosas, considerando-se que as barreiras para que essa população proceda à denúncia ou solicite qualquer apoio vêm sendo ampliadas pelo desmonte das políticas públicas e sociais.

O aumento das desigualdades, violações de direitos e violências durante a pandemia, cujo enfrentamento minimamente eficaz se daria justamente pela robustez e eficácia de políticas públicas, hoje em franca extinção, vem atingindo mais fortemente mulheres cisgênero de camadas populares (Campos *et al.*, 2020; Moreira *et al.*, 2020), populações racializadas (Goeset *et al.*, 2020) e, no caso específico deste trabalho, idosos(as) (Moraes *et al.*, 2020). É necessário destacar a situação complexa em que se encontram também crianças e jovens (Marques *et al.*, 2020; Pontes *et al.*, 2020) dos estratos mais desfavorecidos, igualmente vulneráveis no interior dos lares brasileiros e instituições de proteção ou em cumprimento de medida socioeducativa; do mesmo modo, pessoas interpeladas e marcadas por dissidências de gênero e sexualidade – ou pessoas LGBTQI+ – igualmente encontram-se expostas a toda sorte de violência e negligências (Oliveira *et al.*, 2020).

Esses indicadores sinalizam que as formas de acompanhamento e enfrentamento às violações de direitos das minorias sociais encontram-se na última posição dentre os compromissos do atual governo federal, senão como objeto de desprezo e franca disposição ao extermínio. Segundo Avritzer (2021), “Foi em ministérios-chave (...) que a concepção de (des)governo se expressou melhor. Seus ministros foram nomeados pela capacidade de (...) desfazer políticas bem estabelecidas, ou de criar tensões com burocracias e membros de comunidades de políticas públicas” (p.14). A “antipolítica bolsonarista”, ainda segundo o autor (op.cit), implicou na destruição de estruturas do Estado, o desmantelamento das políticas de saúde na pandemia e a intimidação dos demais poderes, com a franca intenção de que “a antipolítica não seja interrompida por decisões legislativas ou judiciais quando buscam impor limites à política de destruição” (p. 16).

Um dos possíveis efeitos da equação pandemia *versus* governo é que as populações menos favorecidas agonizam e a situação dos(as) idosos(as), especialmente os(as) mais pobres, racializados(as) e marcados(as) pelos ideais regulatórios e normas de gênero e sexualidade, encontra-se em uma encruzilhada interseccional (Akotirene, 2019) sem precedentes. O que alerta para a urgência de análises e intervenções sociais que sejam capazes de articular marcadores da diferença e contextos culturais e socioeconômicos balizados, mormente, pela racionalidade neoliberal – cujas operações discursivas e modos de compreender o mundo passam pela economia financeira das relações sociais e autorresponsabilidade dos indivíduos em todas as esferas da vida social e privada (Dardot; Laval, 2016; Brown, 2017; Cabannas; Illouz, 2022). Ademais, é fundamental considerar os efeitos da cruzada antilaicidade e os fundamentalismos associados a (im)posturas ultraconservadoras (Chamayou, 2020) que se articulam à “nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016).

Diante de poucas ou raras alternativas concretas para um país que envelhece a passos largos, considerando a expectativa de vida de 77 anos para nascidas/os em 2019, segundo estimativa do IBGE (2019), o desgoverno (ou um modo de governar que assume a predileção pela negligência e predomínio das incertezas e ausência de

garantias sociais) vem sendo a estratégia prioritária daquele que ocupa o principal cargo político do país, juntamente com seus(suas) aliados(as) em várias instâncias sociais, políticas e culturais.

PA

Percebe-se, portanto, maior fragilização do lastro social e do compromisso do estado; acompanhando processos que marcam as condições e possibilidade para o que estamos denominando de (des)governo da velhice. Isso pode estar articulado ao argumento de Groisman (2014, p. 77):

Ainda que o Estado de Bem Estar Social brasileiro nunca tenha sido efetivamente forte e apesar dos seus traços conservadores, (...) persiste uma ideia, não necessariamente hegemônica, de que o idoso deve gozar de determinados direitos, por uma questão de justiça social. Por outro lado, as influências da globalização e da ideologia neoliberal atravessam o envelhecimento e se fazem cada vez mais presentes na gestão pública e na sociedade de modo geral.

Consideramos que o quadro acima, conforme descrito por Groisman (op.cit), sintetiza as condições e possibilidades para uma vida idosa no contexto brasileiro. Isso, no entanto, não se generaliza, pois é preciso avaliar as diferentes posições sociais marcadas por classe, raça, gênero, por exemplo, para que alguém possa viver uma velhice com dignidade ou que sequer seja considerada uma vida viável e possível (Butler, 2005), ainda que a dimensão de precariedade seja algo que nos configura como humanos, pois “A condição compartilhada da precariedade significa que o corpo é constitutivamente social e interdependente” (Butler, 2010, p. 53).

A objetivação da velhice - aqui especialmente a partir das formas de fixação da diferença geracional, através de um lugar social tutelado, articulado a redes de enunciados que produzem a noção mesma de velhice - e as formas de objetificação do/a “velho/a” (através violação, negligências, estigma e abusos) vêm sendo potencializadas com a precarização das políticas públicas, como já afirmamos anteriormente, mas também pela proliferação de discursos de ódio – que se alinham ao atual *status* político-social e econômico brasileiro – configurando importantes balizas no acesso aos serviços de atenção e proteção às pessoas idosas.

A despeito das limitações e fragilidade dos dados do Disque 100, esses e outros indicadores do atual (des)governo nos são úteis, pois corroboram para a associação da medida de isolamento e o recrudescimento de situações de maus-tratos, negligência e outras violências de ordem moral e patrimonial. Principais motivos de acesso a esse serviço (Brasil, 2020), tais indicadores depõem contra o próprio governo federal, incapaz de enfrentar a situação.

Além das situações de violência e negligência (pessoal e institucional), muitos(as) idosos(as) vivenciam estados de debilidade ou outros fatores individuais que se agravaram em decorrência da ausência de atenção especializada. Os ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apontam para pronunciado distanciamento dos compromissos do Estado e a sua recusa à Constituinte. Essa postura político-governamental incrementa a transferência da responsabilidade sobre a velhice para as famílias e/ou outras redes pessoais e institucionais de apoio.

Dentre os fatores que vêm pesando para o recrudescimento da vulnerabilidade social, programática e individual (Ayres *et al.*, 2003), diretamente relacionados ao atual estado de desmonte de políticas públicas e sociais e a gestão da crise sanitária, destaca-se o de que mais da metade daqueles(as) que possuíam vínculo empregatício ativo perdeu renda durante a pandemia (ICICT/Fiocruz, 2020a) ou mesmo seu posto de trabalho. Esse fator é central, quando consideramos que muitas dessas pessoas idosas encontram-se ativas e responsáveis por boa parte do orçamento doméstico (quando não totalmente responsáveis), pois seja através de sua aposentadoria, seja através de recursos financeiros advindos de alguma prática laboral ou pelo exercício de trabalho doméstico como cuidadores(as) – alguns sem qualquer remuneração –, é notória a responsabilidade dos(as) idosos(as) na manutenção de grupos familiares e sua relação direta com o orçamento doméstico.

Adiciona-se a isso o fato de que muitos(as) idosos(as) são responsáveis pelo cuidado de outros(as) idosos(as) e/ou crianças, sobressaindo-se a presença de cuidadoras, fator que revela ainda mais as desigualdades de gênero e raciais na vivência pandêmica:

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644464068>

A desigualdade racial está presente também no acesso de idosos aos cuidados de uma pessoa contratada. Antes da pandemia, 8% (1.840.000) dos domicílios brasileiros com idosos tinham pelo menos um com alguma limitação funcional para realizar atividades básicas da vida diária – tais como tomar banho, ir ao banheiro, vestir-se, andar em casa de um cômodo para outro ou deitar-se. Ou seja, alguém que precisa de cuidados. Em 72% dos casos, essa ajuda era dada por alguém não contratado (familiar ou próximo), e em apenas 28%, por cuidadores profissionais. Entre os que se declararam brancos, 40% eram auxiliados por esse tipo de profissional. O percentual foi bem menor entre os idosos que se autodeclararam pardos (17,5%) e entre os que se declararam pretos (10%). (ICICT/Fiocruz, 2020b)

PA

Noutra direção, porém não diametralmente oposta, e argumento central para este estudo, a evidência epidemiológica de que a população acima dos 60 anos está mais vulnerável às enfermidades produzidas pelo vírus vem amplificando a agonística do governo da velhice – aqui definido, nos termos foucaultianos, como uma estratégia de condução das vidas, a gestão das populações, ao mesmo modo que se considera as condutas dos sujeitos, como esses se conduzem face às formas/ interpelações de governo - segundo Castro (2016), “governo como relação entre os sujeitos e o governo como relação consigo mesmo” (p.190).

Apontamos o termo agonística como expressão a confirmar que estas tentativas de condução de condutas – que pressupõe conjuntos estratégicos de objetivação e fixação de posições no seio de uma dada sociedade – não se dão sem disputas ou resistências - jogo/disputa que envolve “incitação recíproca e de luta; tratando-se, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (Foucault, 1995, p.245).

A pandemia atingiu fortemente a população idosa, mais vulnerável aos efeitos clínicos da Covid-19. Igualmente produziu impactos significativos sobre as condutas/vidas dessa população. Descritos como corpos frágeis à doença, mas também considerados indóceis, os/as idosos estariam agindo de forma irresponsável e resistentes às prescrições sanitárias, como observamos (e se fez objeto de interesse para esta pesquisa) em séries de resíduos discursivos veiculados nas mais variadas redes sociais (recorte empírico da pesquisa). Pululam (ainda hoje) imagens-textos sobre a (in)corrigível conduta dos(as) velhos(as), reforçando os apelos de familiares e profissionais da saúde para o isolamento social.

Porém, esquivou-se de responsabilidade o ente público, privatizando a questão social e cultural da velhice (Debert, 2005), ademais de compor uma rede enunciativa objetivante da terceira idade (ou quarta, ou outras mais, nesse quadro de objetivação):

PA

(...) inicialmente rotulados de grupo de risco foram submetidos a um campo específico de cuidados, mas, ao mesmo tempo, de marginalização, repleto de discursos estereotipados que depositavam sob as pessoas idosas a responsabilidade da vulnerabilidade a doenças e à sua prevenção.(...) Com o passar dos meses desde o início da pandemia, em março de 2020, os discursos que antes tinham supostamente uma ideia de superproteção, mas nem por isso eram menos preconceituosos, deram espaços à ideias de banalização da vida das pessoas longevas, por exemplo, justificando focar na vida das pessoas mais jovens em caso de um colapso da saúde pública. (Hutchison, 2022, pp. 36-37)

Em decorrência disso, os dramas dos(as) idosos(as) mais pobres, racializados(as) e marcados(as) por alguma posição de gênero subalternizada, transformam-se em responsabilidades individuais, equivalente a uma ideia de que eles(as) “negligenciaram seus corpos e foram incapazes de se envolver em atividades e relacionamentos motivadores” (Debert, 2005, p.27). Esses processos de representação da velhice são ainda determinados por condições econômicas que, evidentemente, podem estar presentes no acesso que distintas “populações de velhos” têm às tecnologias e estilos de vida associados à terceira idade saudável e ao envelhecimento jovem (Motta, 1997; Lins de Barros, 2006).

Com o advento da pandemia, as tensões em torno da gestão do risco geracional passaram a ser mobilizadas não apenas em instâncias especializadas no tema (como entre profissionais da saúde ou gestores(as) públicos(as)), mas também amplamente por populares. Isso é reforçado pelo argumento de que é desde diversas instâncias ou *espaços-tempos* por onde se tecem redes de conhecimento e significação (Ferraço *et al.*, 2017).

Entre rastros da cultura e as contingências do presente configuram-se os meios e as condições de possibilidade para que determinados processos de subjetivação se produzam - em operações complexas e contextos-dependentes (Meyer, 2014). Porém, sobretudo, articuladas aos movimentos de responsabilização dos indivíduos nas mais diversas instâncias por onde se movem ou são interpelados(as) a alguma

(dis)posição na velhice. A trama da privatização da velhice (Debert, 2005) vem ampliando os efeitos sobre a saúde dos(as) idosos(as), bem como favorecendo a produção de uma cultura mais prontamente tolerante à autorresponsabilização e à violência.

PA

O (des)governo da velhice camufla e minimiza impactos importantes sobre a vida dos(as) idosos(as), muitos(as) responsáveis pelo cuidado de netos(as), outros(as) idosos(as) ou mesmo por boa parte do orçamento familiar, conforme já apontado. A ideia de (des)governo, como a estamos utilizando aqui, acompanha as ponderações de Avritzel (2021) sobre a atual gestão do Planalto, ao referir que se trata de “governo não virtuoso e conservadorismo” (p.18). De mesmo modo, como afirmamos em outra publicação (Pocahy, 2021), os agenciamentos discursivos do atual governo federal privilegiam a polêmica em detrimento das formas de problematização, preparando assim o terreno fértil à interpelação de idosos(as) à responsabilização sobre sua saúde e sucesso financeiro (economias e boa gestão da aposentadoria, considerada concessão dispendiosa pelo evento governamental).

Ainda na linha de polemização estatal, os possíveis contágios e todos os demais riscos de saúde (valendo também para outras faixas etárias) vão forjando a ideia de que os indivíduos são incapazes ou irresponsáveis diante das condutas sanitárias e do bem-estar. Como a problemática geral do governo não separa subjetivação e formação do Estado (Lemke, 2017), a articulação entre diversas estratégias de poder em torno da gestão da vida por via de regulações amplas e legais sobre a população é produzida por tecnologias que atravessam os sujeitos, produzindo significados, marcando a diferença, estruturando e moldando “o campo de ação possível dos sujeitos” (Lemke, 2017, p. 23).

[...] a governamentalidade implica em práticas de governo sistemáticas e reguladas, e também aponta para elementos de cálculo ou para um saber racional das entidades a serem governadas. O governo não visa moldar diretamente as ações de atores individuais ou coletivos, mas sim uma determinação indireta e reflexiva das opções possíveis de ação. A maneira pela qual os atores realizam sua ação (“conduta das condutas”) é o objeto do governo. (Lemke, 2017, p. 25)

A aposta deste trabalho em analisar convocações injuriosas (expressas muitas vezes em representações) e pedagogias que compõem certo domínio sobre a gestão da vida longa correspondem assim a uma analítica que busca acompanhar algumas dentre as múltiplas e complexas redes discursivas – entendendo-as como práticas cotidianas, estruturais ou micropolíticas – que operam para a produção, fixação e o governo da diferença.

Para tanto, buscamos resíduos de enunciados (em imagens e textos) que contribuem para certa representação do envelhecimento e que participam de alguma forma do estado geral em que nos encontramos diante da velhice, através de artefatos da/cultura que se oferecem aqui como entradas de problematização. Isto é, locus central de análise parte de pedagogias e artefatos culturais associados à interpelação da população idosa como grupo de/em risco. Através deste estudo investigamos algo da emergência de pedagogias e representações que reforçam a autorresponsabilização dos/as idosos/as por supostos riscos auto-infligidos, reforçados por tutela parental e social.

Nosso esquema de trabalho prioriza, inicialmente, a problematização da velhice a partir das formas de sua produção e marcação discursivas. Definimos também, em sequência, um plano de investigação que denominamos cartogenealogia - estratégia ético-epistemológica para acompanhar os processos de subjetivação que interseccionam o governo da velhice a marcadores da diferença – no contexto da pandemia de Covid-19.

Buscamos, portanto, compreender a partir dos pressupostos discursivo-desconstrucionistas e das epistemologias feministas interseccionais, o modo como se constituem os jogos de verdade que passam a orientar / dar sentido aos modos como devemos nos conduzir em uma determinada época-lugar e sob determinadas condições.

Os princípios do método que apoiam nosso trabalho consistem, portanto, em:
a) elaboração de um conjunto de entradas de problematização - o que nos permite pensar como algo entra ou se constitui na ordem do pensamento e governo; e b)

circunscrição de conjuntos enunciativos que produzem, marcam e movimentam o governo da diferença.

PA

Para isso, recorremos a evidências sobre os rastros de governamentalidade(s), assumindo a diferença como elemento central dos processos de subjetivação. Tomamos como pontos centrais e rotas de problematização dois movimentos: a) a constituição de um campo por onde deveriam se movimentar os sujeitos a partir de uma dada inteligibilidade (população), a que chamaremos de produção e marcação da diferença; b) o modo como os sujeitos, interpelados a partir desses processos de produção e marcação conduzem a si mesmos/as, ou seja, como determinados fluxos sociais e culturais governam e incidem sobre os jogos de verdade e às formas de governo, instituindo o que denominamos de circularidade de reafirmação ou de assujeitamento (a determinados regimes de verdade, como a branquitude em suas intersecções com gênero, sexualidade e capacitismo, por exemplo) e as pedagogias (as quais ensinam e produzem efeitos de verdade) instauradas e operantes para a fixação e (dis)posições de sujeito.

Os elementos (im)possíveis dessa agonística da diferença e da democracia são expressos a partir de evidências, i.e., conjuntos empíricos dispersos, mas situados em um espaço-tempo determinado - em nosso caso, processos da ruptura democrática de 2016 aos dias de exceção política e pandêmica que marcam a governamentalidade contemporânea, como uma agonística da/na/com a diferença.

Uma velhice (in)viável e (im)possível: situando a produção e a marcação da diferença

Consideramos que resíduos ético-políticos de uma determinada relação ou prática social-cultural permitem a afirmação de uma subjetividade, algum tipo de autointeligibilidade e autoidentificação, que pode ser sustentado por maior ou menor tempo, movimentando o sujeito em práticas e experimentações. No entanto, não há

garantias de que esta autodefinição (ou uma disposição em face de um governo) seja perene. Este é caso com as formas de compreensão da velhice – ou dos marcadores geracionais.

PA

Em termos de uma identidade ou norma, os modos como a velhice passou a ser representada e vivida estiveram (e ainda estão) condicionados à(s) *episteme(s)* de sua época e/ou do lugar onde se situa, refletindo sua dimensão de algo produzido e partilhado ou disputado.

A fim de se fixarem seus significados e bem governar uma determinada população, dita então idosa, estabeleceram-se (e continuam a se estabelecer) meios específicos, alguns planejados, outros no avesso disso: pedagogias culturais – práticas de condução de condutas forjadas em campos/planos estratégicos como a ciência, política social, arte, sociabilidades, etc., que ocuparam (e ainda ocupam) centralidade nesses processos, acionando (in)inteligibilidades. Essas produções acionam sentidos não apenas para a velhice e o envelhecimento, mas para o humano dito (in)viável e (im)possível (Butler, 2005), por meio de (in)definições e referentes de (a)normalidade.

Porém, a instabilidade própria das mudanças e os (im/prováveis) conflitos que ocorrem no interior de uma prática ou relação social qualquer nos permitem suspeitar de uma identidade ou mesmo uma “cultura do envelhecimento”, sugerindo que os significados que aí se engendram não são algo tão facilmente partilháveis, tampouco perenes. Desconfiamos que haja mais esforços (pedagógicos) envolvidos na fixação desse marcador de diferença do que propriamente elementos para a taxonomia geracional e a pronta partilha das representações.

Se há algo permanente na cultura (do envelhecimento) é a sua luta interna, a constante disputa diante dos meios de produção e circulação de seus significados. Os modos como os sujeitos aprendem a (re)conhecer a si mesmos e o mundo em que vivem constituem, ao menos para nós, uma das possibilidades de alargamento das formas de compreensão sobre as posições de sujeito que daí emergem ou que se circunscrevem/inscrevem na/com a cultura - e como se articulam a determinadas formas de governo da população.

São, portanto, as estratégias e maneiras de se (auto)conduzir no interior da experiência da velhice que nos permitem apostar em uma agonística social e cultural da longevidade, balizada por biopolíticas (Foucault, 1999) que são sempre “contexto-dependentes” (Meyer, 2014), muito embora algumas delas atravessadas por fluxos políticos globais, mas com efeitos locais e tensionadas desde culturas específicas.

O que se configura como velhice e os significados a ela atribuídos na contemporaneidade vêm sendo historicamente constituídos e em constante possibilidade de litígio cultural e social. Para se entender o que hoje se coloca sobre essa fase da vida, é preciso pensar nas condições de possibilidades para que a velhice fosse assim designada e classificada, e para que determinados sujeitos passassem a compor esse grupo, juntamente com o indicador de longevidade, uma vez que uma pessoa nascida no Brasil em 2018 tinha a expectativa de viver até os 76,3 anos. Isso representa um aumento de três meses e quatro dias em relação a 2017: “A expectativa de vida dos homens aumentou de 72,5 anos em 2017 para 72,8 anos em 2018, enquanto a das mulheres foi de 79,6 para 79,9 anos” (IBGE, 2019).

Portanto, não está equivocado(a) quem diz que é isto ou aquilo (jovem, velho(a), homem, mulher, etc.), e nosso movimento não é o de reforçar um outro regime de verdade. Porém, a fixação dos significados e da margem de liberdade que temos para nos movimentarmos com essa autoidentificação está intrinsecamente relacionada às mudanças de nosso tempo, especialmente às formas de sujeição impetradas por racionalidades econômicas e seus pressupostos para o governo das suas populações.

Alguns aspectos, dentre os muitos relacionados à velhice, evidenciam a cadeia enunciativa que cerca a experiência de êxito diante da longevidade, mediadas por diferentes agentes políticos-científicos-sociais: o envelhecer bem e as principais áreas do conhecimento que falam sobre esse processo, centradas na produção de um envelhecimento ativo e nos efeitos que isso está produzindo nos sujeitos e nas práticas sociais; os corpos que melhor envelhecem tomados como aqueles que conseguem se manter mais tempo próximos de representações de corpos jovens, ou seja, envelhecer de forma aceitável e recomendável está associado a manter-se

jovem e os investimentos sobre o corpo que envelhece interpelam corpos de sujeitos masculinos e femininos de formas diferentes, constituindo de forma relacional o que e quem é ou pode ser identificado(a) como idoso(a).

PA

Em uma aposta ampla, porém ainda incompleta, destacamos alguns dos pressupostos da racionalidade neoliberal como arena dos processos supracitados: conjurando a imposição de regimes de austeridade, limites da presença do Estado e esvaziamento da propriedade social (Castel, 1997) à responsabilização pela própria vida e saúde (Meyer, 2003), o governo das populações nessa racionalidade opera fundamentalmente pela fixação da diferença, notadamente apelando à identidade, balizada pela dimensão da produtividade (econômica), a dispensar o Estado de suas responsabilidades.

Segundo Brown (2017, p. 36), “[...] a racionalidade neoliberal dissemina o modelo do mercado a todas as esferas e atividades – configura os seres humanos de modo exaustivo como modelos do mercado, sempre, unicamente e em todas as partes como *homo aeconomicus*”. A autora afirma ainda que o capital humano e todas as suas esferas de atividade estão associados cada vez mais ao capital financeiro e de investimentos, e não mais apenas produtivo ou empresarial. Cabe destacar que a diferença em seu plano expandido e não fixado é considerada ponto de instabilidade para essas formas de governo, pois opera na desestabilização dos fluxos de autoinvestimento. A emergência de discursos de ódio e o incremento do desprezo pela velhice, por exemplo, são algumas das evidências desse jogo performativo, especialmente por apontarem para certo ‘fracasso’ na economia do eu.

Logo, é possível afirmar, as significações da velhice e sua articulação com os processos de envelhecimento não se definem de forma independente e tampouco assujeitadas unicamente a uma racionalidade político-econômica. Elas operam em articulação com outros marcadores sociais, favorecendo maior ou menor aderência ao discurso que lhe intenta governar, atendendo o cálculo neoliberal que atribui valor de investimento ou não à diferença.

Diante disso, assume-se que o envelhecimento pode estar tão mais ou menos articulado aos ideais regulatórios de gênero, raça, deficiência e sexualidade. Esta

aposta liga-se ao fato de que o delineamento das formas de governo de uma população qualquer, neste caso a idosa, pressupõe alguma medida regulatória de gênero ou está articulada ao dispositivo da sexualidade ou narrada desde a branquitude ou do capacitismo.

PA

Apoiamo-nos a outras análises culturais e sociais no campo dos estudos em educação e saúde (por exemplo, Goes, Ramos e Ferreira, 2021; Groismann, 2020; Birman, 2016; Gullette e Tato, 2010) para argumentar que a experiência do envelhecimento na sociedade brasileira não pode ser pensada sem que seja concebida situada e interseccionada. A velhice não é uma categoria plena de sentidos e significados. Ao contrário. Como vimos afirmando, esses são produzidos e marcados de acordo com cada época (geração), lugar, e de acordo com a incidência maior ou menor de um ou outro marcador de diferença, como gênero, sexualidade, raça, idade, deficiência, pertencimento religioso, escolaridade, condições socioeconômicas, etc.

Esse argumento nos permite reafirmar a velhice enquanto categoria política e cultural, podendo ser compreendida tanto por meio dos movimentos engendrados em sua fixação como por aqueles que, no avesso da norma, instauram dissidência aos seus significados, ao modo como jogamos com os jogos de verdade em torno de uma vida dita (in)viável e (im)possível de ser vivida nos termos de longevidade auto assegurada, saudável. Os argumentos de Wenzel e Alvarenga (2015, p. 95) corroboram esta premissa:

De modo geral, a identidade e as práticas de saúde são construções sociais e históricas e que, nesse sentido, são instáveis e cambiantes, podendo ser reconstruídas, redefinidas, pluralizadas, resignificadas, a qualquer tempo, por qualquer pessoa. Em outras palavras, elas compõem estruturas hierárquicas que configuram os sentidos que são atravessados por diversas questões, entre elas o gênero a geração. Tais questões operam como marcadores sociais que interferem diretamente nos modos como ensinamos e aprendemos o que é permitido viver e expressar no âmbito das masculinidades e das feminilidades, das sexualidades e daquilo que seria adequado a uma determinada faixa etária e não às outras. Elas compõem estruturas hierárquicas que configuram os sentidos de determinados modos de ser criança, jovem, adultos(as), idosos e idosas, mulheres e homens na contemporaneidade.

Estamos convencidos de que os significados para a velhice não descansam nos atributos e capacidades físicas. Por certo são partilháveis entre muitos(as) e as suas próprias definições e marcos de inteligibilidade estão constantemente sendo desestabilizados(as). Essas unidades de representação vêm sendo cada vez mais questionadas, algumas delas borram-se face às fronteiras do corpo que se expandem com novas tecnologias (como na saúde sexual e reprodutiva, na saúde em geral), práticas culturais, políticas, etc.

E se podemos afirmar que esses significados não estão totalmente dados, igualmente se poderia dizer que eles são disputados no interior de cada cultura e sociedade – entre sujeitos interpelados na posição do envelhecimento, entre sujeitos que produzem políticas e práticas para esses, entre sujeitos que produzem conhecimento sobre o envelhecimento. Por esse motivo, emergem interpelações como as que compõem o *corpus* empírico deste trabalho, informando algo sobre um ideal regulatório articulado por gênero, sexualidade, raça/etnia, idade.

Para pensar a velhice e as outras posições geracionais, como infância, juventude ou adultez, apoiamo-nos também nos argumentos de Butler (2005), especialmente em sua analítica sobre o gênero – quando afirma que o sexo é desde sempre uma materialidade discursivamente engendrada. Em consonância com o argumento supracitado, ponderamos sobre as ditas evidências concretas do corpo, uma vez que um dos argumentos centrais do envelhecimento se baseia em inquestionável declínio ou fragilidade da “natureza corporal”.

Em aproximação possível ao envelhecimento e ao gênero como performatividades, podemos conjecturar como se dão determinadas formas de produção, marcação e (auto)governo da diferença como “natural”, evidente e “inquestionável” do corpo que se alarga em suas significações, superfícies (Pocahy, 2011).

Portanto, nós nos constituímos como sujeitos reconhecidos(as) socialmente não unicamente pela materialidade visível de nossos corpos, mas pelo traçado discursivo (compostos de redes de enunciados) que ficcionalizam o corpo como matéria de inteligibilidades. Logo, se interrogamos os sistemas/regimes de verdade,

interrogamos sobre a nossa própria “constituição e ontologia” (Butler, 2005), sobre nosso próprio *status* ontológico. Como aponta Foucault (2001e, p. 231):

PA

Se o poder atinge o corpo, não é porque ele foi interiorizado inicialmente na consciência das pessoas. Existe uma rede de biopoder, somato-poder, que é em si mesma uma rede a partir da qual nasce a sexualidade como fenômeno histórico e cultural, no interior do qual, às vezes, nos reconhecemos e nos perdemos.

Assim, ao dirigirmo-nos a alguém que está sobre a insígnia (oficial ou não) da velhice ou ao produzir conhecimento sobre o envelhecimento, isso deve ser pensado também como um modo de agenciar significados, operando nas (in)definições da própria diferença.

Ao se forjar uma figura razoavelmente localizada em uma representação, tal qual a de ‘o(a) idoso(a)’ ou ‘a criança e o(a) jovem’, devemos ponderar os riscos de um governo dessa população, no sentido da tentativa de condução arbitrária das condutas dos indivíduos. Como afirmam algumas teóricas feministas, sobretudo em crítica ao feminismo ocidental e liberal, ao falar de gênero (e acrescentamos aqui as ditas faixas geracionais) estamos também produzindo-o (Oyěwùmí, 2017). De modo que, ao falar de velhice, estamos produzindo-a. O que se coloca em questão é o que, quem e como se fala – no caso em tela, a velhice, o envelhecimento e as políticas da longevidade.

Cartogenealogias do presente

Com a proposição de *cartogenealogias* do presente empenhamo-nos em (re)compor traços da história da atualidade, destacando as condições de possibilidade para o agir em nosso tempo, nosso lugar. No rastro foucaultiano destacamos que, diante dessas relações de saber-poder, criam-se as possibilidades de resistência, de onde podemos perceber estilizações da existência, como a emergência de subjetividades dissidentes, a recusa dos indivíduos a determinadas interpelações ou tentativa de condução de suas condutas.

Porém, cabe ressaltar, ainda que depositemos especial interesse nas práticas de resistência e nas contra condutas, privilegiamos neste trabalho os lances enunciativos que intentam marcar algo da/na diferença através das práticas de representação e pedagogias decorrentes dessas tentativas em forjar identidades.

A aliança que estabelecemos entre a perspectiva genealógica de Foucault (2001a, 2001b, 2001c, 2001d) e o trabalho cartográfico presente em Deleuze e Guattari (1997) e Rolnik (2011) compõe um plano de problematizações que consideram, portanto, a genealogia da ética e os fluxos de subjetivação – os modos como nos constituímos como sujeitos de/desde determinados jogos de verdade. Acompanhando a (dis)posição genealógica, procuramos compreender algo sobre as condições de possibilidade e de emergência dos discursos que se opõem e/ou associam aos jogos de verdade e que dão contornos à relação dos sujeitos consigo mesmos(as) no processo de sua (auto)constituição (Foucault, 2001a).

Como estratégia de produção de análises, assumimos, portanto, os princípios da cartografia em suas possibilidades de rastrear e questionar algo da produção de “campos de forças e relações” que se desdobram “no tempo, mas também no espaço” (Prado Filho; Teti, 2013, p. 48). De modo que, a partir do gesto deleuziano (e em interlocução com Foucault), a cartografia funciona aqui como mapa processual de redes e fluxos/diagramas de relações de forças (um modo de perceber os diagramas de saber-poder) que se ligam umas às outras, oferecendo-nos condições para a composição de paisagens político-culturais-existenciais (ou posições de sujeito).

Dessas entradas de problematização (no sentido foucaultiano, pensar como algo se constitui como objeto dado a ser pensado, conhecido, governado) temos a oportunidade de analisar “relações de naturezas diversas, formas circulantes de subjetividade, agenciamentos do desejo, práticas de objetivação e sujeição, modos de subjetivação e assujeitamento, práticas de resistência e de liberdade, ou mesmo formas históricas de estetização e produção de si mesmo” (Prado Filho; Teti, 2013, p. 57).

É desse modo que tomamos a ideia de uma junção daquilo que, em tese, esteve desde sempre reunido: a cartografia-genealogia como possibilidade de traçar

as linhas que constituem o regime de materialidade de um enunciado, redefinindo as suas possibilidades de (re)inscrição e legitimidade nos jogos de poder-saber (Foucault, 1999) e aquilo que nos coloca em uma posição de dobra, uma inflexão ética – o dentro-fora de nós mesmos na relação com o mundo.

PA

Ao considerarmos a força das interpelações morais e o agenciamento de jogos de verdade que se produzem em múltiplas instâncias da/na cultura, o campo empírico das problematizações deste trabalho é composto por registros digitais (em redes) de enunciação.

Para isso, selecionamos conjuntos de imagens-textos que se articulam a enunciados sobre a velhice e que reportam ao que estamos denominando de uma cultura e ambiência idadista – referindo ao preconceito marcado pela idade (Castro, 2016), e no caso em tela, o que algumas autoras e autores vêm denominando como idosofobia, gerontofobia. Esses enunciados encontram-se dispostos nas plataformas de comunicação *Facebook*, no *Instagram* e no *WhatsApp*.

Mesmo que nosso campo não tenha adentrado nessas esferas, foi a partir de produtos produzidos – *cards* e *memes* – para circulação nestes lugares que constituímos nossa empiria, selecionados para ilustrar a tematização do envelhecimento e da Covid-19 em jornais e revistas de grande circulação nacional.

Esses registros foram mapeados a partir de dois formatos: imagens-texto que se articulam em *memes* (imagem e/ou texto) e os *cards* com interpelações frasais. Cabe destacar, como o fizemos em outra publicação em colaboração (Couto Junior; Pocahy; Carvalho, 2019, p. 25), que

O que conhecemos como meme da internet hoje surgiu no final da década de 1990 (TORRES, 2016). Ainda que seja bastante recente a emergência dos memes no contexto das redes sociais online, trabalhos de diversas áreas do conhecimento vêm centralizando seus esforços investigativos em torno da análise dos memes nas experiências comunicacionais das/os internautas. Neste contexto, vale destacar estudos que já se dedicaram a: a) investigar os usos dos memes na criação publicitária (SILVA; TOMÉ; SILVA, 2013); b) discutir a criação de uma tipologia inicial dos gêneros mais recorrentes na memesfera brasileira (OLIVEIRA NETA, 2017); c) pesquisar os usos dos memes na comunicação mediada por computadores nas redes sociais online (SANTOS; COLACIQUE; CARVALHO, 2016; VOLCAN, 2014),

incluindo esses usos em práticas sociais online contra questões relacionadas à desigualdade de gênero (PIÑEIRO-OTERO; MARTÍNEZ-ROLÁN, 2016) e; d) fornecer um panorama da produção acadêmica brasileira que focalizou a análise dos memes na comunicação online (DIAS et alii, 2015). Os memes geralmente são constituídos com base em uma linguagem informal e humorística, comumente viralizando informações produzidas por suas/seus autoras/es. (VOLCAN, 2014)

PA

A seleção do material para nossa análise foi movimentada com interesse em uma trama enunciativa: imagens-textos que articularam envelhecimento e pandemia, especialmente desde os modos de representação das condutas dos(as) idosos(as). O argumento-tema lançado no buscador *Google* foi “idosos e pandemia”.

Diante das sequências de textos (matérias em *blogs*, jornais e revistas que continham imagens do tipo *memes* e *cards*) estabelecemos como objetivos do trabalho: a) mapear enunciações sobre envelhecimento e Covid-19 movimentados nestes artefatos; b) descrever e sistematizar as imagens-textos de acordo com a confluência de produção de sentidos e significados sobre envelhecimento e Covid-19; e c) analisar estas evidências empíricas a partir de um gesto *cartogenealógico*: articulando o mapa da produção de imagens do envelhecimento aos fluxos e diagramas de relações de poder que possibilitam o estabelecimento de tentativas de governo da velhice.

O marco temporal do mapeamento acompanha o surgimento dos primeiros casos de Covid-19, desde a sinalização de grupos em risco – aqui os(as) idosos(as). Os recortes enunciativos sobre as condutas de idosos(as) ou na direção desta população adensam-se nos primeiros meses da pandemia no Brasil, porém ainda guardam permanência e são tema de insistentes mensagens de tutela, controle e normalização. De modo que serão descritos e analisados conjuntos de imagens-textos de março a agosto de 2020, considerando-se o contexto brasileiro.

As imagens-textos foram intencionalmente requisitadas, através de busca ativa sobre envelhecimento e a Covid-19. Muitas delas aparecem em reportagens em revistas e jornais não acadêmicos de circulação ampla. Em decorrência da especificidade dos fluxos que determinam a circulação destas imagens em rede, não há como precisar

suas origens ou criadores/as. Basta-nos, porém, o acesso a estes documentos, situados no presente como enunciações coletivas – partilhadas através de diversos dispositivos na web. Em outra oportunidade afirmamos (COUTO JR; POCAHY; CARVALHO, 2019):

PA

Com a emergência das redes sociais online como Facebook e Instagram, a proliferação de imagens digitais constitui hoje parte do cenário das práticas sociais mediadas pelo digital. As imagens produzidas e compartilhadas revelam “expressões particulares, comunicam intencionalidade, são testemunhas de mudanças ocorridas, indicam compreensão e visões de mundo(...)”

Regulação, tutela e normalização

Diante da ampla oferta enunciativa, selecionamos três matérias de veículos de comunicação de grande abrangência e peso político no contexto nacional. Essas matérias abordam o tema da gestão dos(as) idosos(as) durante a pandemia e para ilustração recorreram a *memes* e *cards* com enunciações frasais que estiveram em circulação (e ainda estão) nas redes sociais: em 31 de março de 2020, a revista Veja (edição São Paulo) publicou matéria intitulada *Como estão os idosos durante a quarentena. Na quarentena imposta pela Covid-19, famílias e casas de repouso se adaptam para garantir a segurança dos mais velhos*. Para ilustrar a chamada apresentaram a imagem de um antigo camburão de polícia com a inscrição *Caçaveio* (Figura 5). Nas primeiras linhas do texto, ao qual o *meme* que apoia a matéria acompanha, encontra-se o argumento: “*Convencer seus idosos a ficar no necessário isolamento físico em época de pandemia de coronavírus tem sido uma tarefa árdua para muitas famílias*”.

Persuasão através do medo, essa é a estratégia. Os responsáveis pela matéria destacam o argumento de uma de suas informantes, reforçando a aposta pedagógica: “[...] *assustar, falar que as pessoas estão morrendo*”; além de uma série de restrições e proibições impostas aos(às) idosos(as) (no caso, pais da informante), acrescenta-se que tal conduta deve ser acompanhada de “*brincas*”.

No mesmo mês, outra notícia do jornal Folha de S. Paulo anunciava igual ‘preocupação’ com os(as) idosos(as): “*Memes imploram para idosos ficarem em casa durante quarentena contra coronavírus*”. Apesar dos poucos referentes textuais, a chamada para a questão é justificada por orientações do Ministério da Saúde e por supostas evidências empíricas: “*Quem saiu nas ruas nos últimos dias sabe: é possível ver velhinhos e velhinhas andando por aí*”. A publicação da seção #hashtag. Mídias sociais e a vida em rede vem acompanhada de oito memes alusivos ao controle dos(as) idosos(as) e um alerta sobre fake news que ameaçam a retirada da aposentadoria daqueles(as) que forem encontrados(as) na rua.

PA

Em chamada igualmente publicada em periódico de repercussão nacional, a revista Istoé, visualizamos uma imagem bastante apelativa à política do medo. O texto circulou em oito de abril e apresenta a imagem de um sujeito com uma fantasia fantasmagórica com uma foice a espantar idosos(as) que se encontram pelas ruas (Figura 1). Chamada da matéria: *Vídeo: Homem usa fantasia da Morte para “expulsar” idosos de rua no interior de SP*. A performance foi produzida por um instrutor escolar, inspirado, segundo reportagem, em outra iniciativa que tentava ‘conscientizar’ a população sobre os riscos do coronavírus.

Figura 1



Fonte: Revista Istoé, 2020.

Podemos comparar este modo de interpelação do risco e da doença, guardas as devidas proporções, ao modo como as primeiras campanhas e intervenções diante da AIDS se movimentaram no Brasil que, segundo Terto Jr (2020):

(...)seguiram esse discurso que alimenta o pânico moral. Era aquela época das campanhas [que diziam que] “se você não se cuidar, a Aids vai te pegar”, um discurso muito focado em estimular mais o medo, o terror, o preconceito, do

O vídeo a que estamos nos referindo foi publicado no *Twitter* e obteve 72.000 visualizações, revelando a abrangência da mensagem. Nesta postagem, houve a ocorrência de 788 *retweets*, 3.000 curtidas e 176 comentários. Boa parte dos comentários reforçam a pedagogia do terror (em aproximação ao argumento de Terto Jr, 2020), bem como expressam desprezo e/ou culpabilização para com os(as) idosos(as). Esse material (os comentários) não se constitui objeto de análise para o trabalho em tela, mas oferece elementos que ratificam a performance produzida no interior de São Paulo e motivo de ‘inspiração’ para cercanias.

Este estudo não objetiva analisar a tecnologia ou o artefato *memes* em sua perspectiva comunicacional. Porém, destacamos algumas das definições que inserem os *memes* no plano de um artefato cultural e como prática de citacionalidade capazes de veicular e inscrever representações sobre determinada questão cultural ou acontecimento social de forma rápida e capilar, além de estarem também cancelados pela perspectiva pouco ou nada crítica das revistas e jornais nos quais ilustram o debate sobre a gestão da velhice na pandemia. Apoiamo-nos em Chagas, Freire, Rios e Magalhães (2017, p. 179) citando Shifman (2014), quando sugere que os *memes* funcionam como um produto cultural que:

[...] depende de um repertório cultural extraído de relações sociais, memórias, referências históricas, geográficas, econômicas, e de aspectos conjunturais específicos. O internauta posta, compartilha e curte o que julga interessante (positivity), o que reflete suas impressões sobre um tema (packaging), o que o afeta ou o sensibiliza de alguma forma (provocation).

É importante frisar que os *memes* em si mesmos não correspondem a unidades isoladas, eles precisam operar em termos de conjuntos semânticos (Chagas *et al.*, 2017) para efetivamente movimentar práticas de significação. Trata-se de uma elaboração imagético-textual de temas e acontecimentos do seu tempo, muitas vezes, ou quase sempre, em termos de paródia – abordagens semióticas que resenham uma dada crítica social ou banalizam, informam e/ou instruem algo sobre determinada

coisa, pessoa ou instituição, os *memes* são artífices em disputas e produção de significados.

PA

Expressão emblemática disso são imagens-textos *fakes* (as *fake news*). Porém, em posição diametralmente oposta (mas em mesma formação semiótica) também se produzem enunciados imagéticos-textuais que correspondem a críticas sociais (e mesmo às *fakes news*, por exemplo) e se oferecem a práticas contradiscursivas.

Compreendemos os *memes* enquanto artefatos culturais que movimentam representações – “parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura” (Hall, 2016, p.11). Essa aposta é apoiada em Costa, Wortman e Bonin (2016), quando afirmam que os artefatos culturais são “produtivos e constitutivos das formas como somos, vivemos, compreendemos e explicamos o mundo” (p. 521); e muito embora não sejam capazes de definir completamente os sentidos, eles subsidiam as pedagogias culturais – as estratégias e os dispositivos acionados na condução das condutas. Segundo Larrosa (1994, p.57) “um dispositivo pedagógico será, então, qualquer lugar no qual se constitui ou se transforma a experiência de si. Qualquer lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo”

Em todo caso, é melhor afirmar que se trata de tentativa de conduzir os sujeitos, pois a partir de processos de identificação com determinadas imagens algo pode acontecer, passando pela contestação franca ou algum truncamento na linguagem: os significados deslizam, tornando-se outra coisa ou não produzem o efeito esperado. Como afirma Louro (2007, p. 235), “um texto sempre pode ser interpretado diferentemente, sempre pode ser interpretado outra vez, e ainda outra vez e mais outra... Um texto desliza, escapa”. Esse argumento encontra articulação analítica itens abaixo, que reforçam a ideia de desobediência e teimosia; o que, segundo nossas apostas críticas, corresponde ao paradoxo da resistência e autodeterminação por parte dos(as) idosos(as):



Fonte: Folha de S. Paulo, 2020.

Figura 3



Fonte: Folha de S. Paulo, 2020.

A despeito da produtividade dos usos e sentidos que uma dada representação movimenta e de suas (im)possibilidades de contestação, o material que selecionamos para este estudo repercutiu enormemente nas redes sociais. Não se pode afirmar sua força de fixação dos sentidos sobre a velhice ou mesmo sobre o que ela é capaz de permitir diante das complexas formas de governo de dada diferença geracional, mas inferimos através dos comentários que se articulam após suas postagens que ele está inserido em redes discursivas que autorizam em nossa cultura a objetivação e consequente objetificação dos sujeitos idosos, ademais de estar afinado aos discursos, tomaram ainda mais corpo (enunciação coletiva) na experiência pandêmica da Covid-19.

Os *memes* operam, sobretudo, em representação bastante comum quando reporta ao trato com os(as) idosos(as): a teimosia. É quase como um atributo

geracional, uma marca que passa a representar e posicionar o sujeito - certa indisposição própria da idade avançada com a lei ou como se não mais se sentissem obrigados/as a responder pelos seus atos (alguns até mesmo considerados senis). Restaria, portanto, acabar com esse ímpeto (o que parece um método mais brutal) ou então ameaçar com punição. Com a chamada *cataveio* (Figura 4), aterrorizam os(as) idosos(as) com o serviço da coleta seletiva para idosos(as) que estejam nas ruas. Ademais, certa vingança geracional desponta como legítima, ou *modos operandi*, de uma cultura que polariza os sujeitos a partir de algum marcador, revelando a intensa disputa sobre o corpo-vida de outrem (idosos(as) tutelados(as) pelos(as) filhos(as), crianças e jovens tutelados(as) pelos(as) adultos(as)).

PA

Figura 4



Fonte: Folha de S. Paulo, 2020.

Essas redes enunciativas se apoiam em um contexto em que a função do Estado (Avritz, 2020) se encontra cada vez mais encolhida e em que todas as frentes para o combate à Covid-19 encontram-se ao encargo da própria população. Além disso, o argumento de vigilância e ameaça de punição (Figuras 5 e 6) reforçam estratégias que em muito também foram utilizadas em práticas de saúde pública. O caso da epidemia de HIV/IST e Aids é um dos exemplos. Segundo Veriano Terto (Agência, 2020, *online*), “a Aids também demonstrou o quanto é ruim trabalhar a linguagem de guerra, investir na linguagem baseada na solidariedade e nos direitos humanos é um caminho que nos levou a lutar pela vida e a conseguir medicamentos.”

Figura 5



Fonte: Queiroz e Campos, 2020.

Figura 6



Fonte: Folha de S. Paulo, 2020.

Outro aspecto relevante para compreender os modos como a velhice é percebida e suas rotas de condução é a infantilização e tutela. O termo infantilização já é por si problemático, devemos reconhecer, pois ratifica o argumento de que as crianças são elas também objetos passíveis de controle e tutela, sujeitos ditos inferiores.

No entanto, parece ser esta a operação enunciativa em questão: da mesma forma que se imagina poder tudo fazer sobre os corpos-vidas de uma criança, como se elas não fossem cidadãos de direitos e como se não fossem capazes de alguma autonomia ou liberdade de expressão, sinaliza-se com a linguagem “infantilizadora” os limites da ação do(a) idoso(a). Seria, portanto, passível de punição por suas

peraltagens ou, no mínimo, chamado à atenção (interpelado) pelo modo como está se conduzindo.

PA

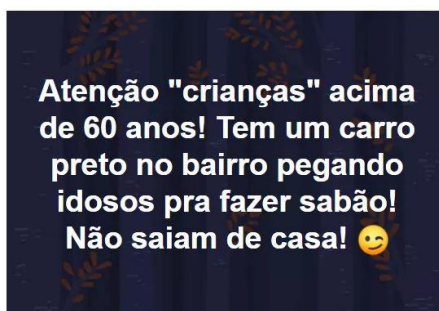
O card “*Se encontrarem minha mãe na rua, me avisem quero buscar ela de chinelo na mão*” (Figura 6) é bastante emblemático da posição tutelar e punitivista, apelando para a violência. Da mesma forma, a Figura 7, “*Atenção ‘crianças’ acima de 60 anos! Tem um carro preto no bairro pegando idosos pra fazer sabão! Não saiam de casa!*”, reforça a interpelação pelo medo e ameaça.

Figura 6



Fonte: Folha de S. Paulo, 2020.

Figura 7



Fonte: Folha de S. Paulo, 2020.

A operação de reposicionamento geracional intenta desqualificar e *desautonomizar* os(as) idosos(as), ao mesmo tempo em que potencializa o regime de controle sobre as experiências infantis, ademais interpelam-se somente mulheres nestes *memes*. O argumento de Preciado (2013, p. 98) em relação às dissidências de

gênero e sexualidade nas experimentações infantis nos parece apropriado para a crítica sobre autodeterminação e direito das crianças:

PA

[...] a criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais. A norma ronda os corpos meigos. Se você não é heterossexual, é a morte o que te espera. A polícia de gênero exige qualidades diferentes do menino e da menina. Dá forma aos corpos com o objetivo de desenhar órgãos sexuais complementares. Prepara a reprodução da norma, da escola até o Congresso [...].

Os argumentos supracitados ajudam a compreender não somente como se produz a diferença. Eles nos permitem perceber como se articulam práticas cotidianas de modo a fixá-las. A partir de operações de normalização, as condutas dos indivíduos passariam, em tese, a serem previsíveis e passíveis de governo. Essa operação se constitui, segundo o filósofo, a partir de calços epistemológicos, aquilo que permite a produção de um sujeito marcado e passível de governo e, ao mesmo tempo, de correção. Preciado (2020, p. 20) sugere a existência de um regime da diferença, aqui a sexual, como uma epistemologia:

[...] un sistema histórico de representación, a un conjunto de discursos, de instituciones, de convenciones y de acuerdos culturales (ya sean simbólicos, religiosos, científicos, técnicos o comerciales) que permiten decidir a una sociedad determinada aquello que es verdadero y distinguirlo de lo falso. Una epistemología determina un orden de lo visible y lo invisible, por tanto una ontología y un orden de lo político; es decir, determina la diferencia entre lo que existe y lo que no existe, y establece una jerarquía entre seres diversos, determina un modo específico de experimentar la realidad a través del lenguaje, un conjunto de instituciones que regulan los rituales de la producción social.

Portanto, a enunciação que apela ao regime de uma infância a ser tutelada (Donzelot, 1986) é componente da mesma trama epistemológica que forja uma representação do(a) idoso(a) como um sujeito (in)viável ou (im)possível, desde dado enquadramento de inteligibilidade (Butler, 2005). Esta operação corresponde a uma das frentes biopolíticas que sustentam o discurso moderno: enquanto categoria política, social e cultural, tanto quanto o gênero, a raça e a sexualidade, a velhice

(assim como a infância e a juventude) foi se articulando de forma mais intensa na esteira das transformações relativas ao processo de industrialização iniciado já no final do século XVIII nas sociedades ocidentais, intrinsecamente relacionado à produção discursiva da normalização da vida – uma operação biopolítica (Foucault, 2008). Argumento reforçado por Donzelot sobre o “florescimento abundante sobre o tema da conservação das crianças” (1986, p.15): “O objetivo era reconstituir, em cada lugar, a política da família implementada pelos serviços sociais” (op. Cit. p.138)

PA

Notas (in)conclusivas

Descrever a velhice sem que consideremos as redes de significação e de saber-poder que se encontram disputando a hegemonia de seus sentidos é, muitas vezes, uma tentativa de produzir um sujeito por vezes (in)inteligível e (in)governável em face de uma dada racionalidade político-econômica e cultural. Por isso, buscamos analisar neste texto elementos que compõem redes enunciativas sobre a experiência do envelhecimento durante os meses iniciais da pandemia de Covid-19.

Investigamos movimentações de redes enunciativas expressas através de interpelações injuriosas, tutela e ameaça simbólica que se movimentaram em *memes* e *cards* em redes sociais digitais, associando a isso evidências epidemiológicas como a violência impetrada contra idosos(as). E os resultados (ainda que provisórios e contestáveis) indicaram que esses artefatos culturais encontraram condições de enunciação a partir de contexto social balizado por racionalidade política, econômica e cultural específica. A sobredeterminação de autorresponsabilização, riscos auto-infligidos e a tutela e o terrorismo incrementaram as condições de possibilidade para o (des)governo da velhice nas tramas da racionalidade biopolítica neoliberal. De modo que a dupla entrada, governo e desgoverno, se aplicam aqui em razão de que se trata de uma forma de governar que pressupõe a diminuição da ação do Estado e sua efetiva responsabilidade sobre a saúde da população.

Resultado importante de tal equação política pode ser percebido através do argumento de Safatle (2021) de que a disciplina neoliberal opera de forma a anular os

agenciamentos de revolta que se exprimem através do sofrimento psíquico. Logo, um sujeito deprimido ou infeliz revelaria uma natureza fracassada, cujo “quadro clínico fundamental para a definição do sofrimento psíquico não poderia ser outro além exatamente da perda da capacidade de organizar as dimensões da vida a partir de um princípio geral de unidade, coerência e síntese” (Safatle, 2021, p. 44).

Cabannas e Illouz (2022) expandem a compreensão sobre os principais domínio do neoliberalismo (muitos já apontados por Laval e Dardot, 2016), especialmente a partir do impacto sobre as subjetividades. Esse argumento evidencia boa parte das disposições biopolíticas que (re)animam a racionalidade neoliberal – destacadamente em relação ao governo das populações (seguindo as apostas foucaultianas das políticas de gestão da vida):

O neoliberalismo deve ser encarado como um fenômeno mais amplo e fundamental do que apenas uma teoria de práticas político-econômicas. Como já mencionamos em outro lugar, ele deve ser entendido como um novo estágio do capitalismo, caracterizado por uma expansão implacável do alcance e do escopo da economia para todos os estratos culturais; pela demanda crescente por critérios tecnocientíficos para deliberações políticas e sociais; por uma ênfase renovada nos princípios utilitaristas da escolha, eficiência e maximização dos lucros; pelo aumento exponencial da insegurança no mundo do trabalho, da instabilidade econômica, da competição de mercado, da predisposição a assumir riscos e da flexibilização e descentralização da cultura corporativa; pelo acirramento da mercantilização do simbólico e do imaterial, no que se incluem as identidades, os sentimentos e os estilos de vida; e pela consolidação de um ethos terapêutico que situa tanto a saúde emocional como a necessidade de ‘realização pessoal’ no centro do progresso social e das intervenções institucionais. Mais fundamental ainda, o neoliberalismo deve ser compreendido como uma filosofia social individualista cujo locus principal é o eu e cuja pressuposição antropológica principal, como argumental Aschoff, é que ‘somos agentes independentes e autônomos que se encontram no mercado, construindo o próprio destino e, nesse processo, a sociedade’. Ele deve ser entendido em termos de seus atributos e consequências estruturais, mas também em seus pressupostos infraestruturais; ou seja, em termos de suas máximas éticas e morais, de acordo com os quais todos os indivíduos são (e devem ser) seres livres, estratégicos, responsáveis e autônomos, capazes de governar estados psicológicos a seu bel prazer, de atingir seus interesses e buscar o que entendem ser o objetivo inerente da vida: a conquista da felicidade. (p.79-81)

Alcançar uma velhice saudável e autorresponsável é hoje um imperativo social partilhado e consumido por muitos sujeitos e instituições. No entanto, as formas de

governo da velhice para esses fins não ocorrem solitárias, como se o sujeito fosse apenas ‘idoso(a)’. Outros dispositivos entram em ação para o ‘bom governo dos vivos’. Temos aprendido de outros estudos (Pocahy, 2011; Alvarenga, 2012; Doll *et al.*, 2015; Wenzel; Alvarenga, 2015) que as formas e tentativas de condução das condutas dos indivíduos recaem de forma diferenciada a partir das posições que os sujeitos ocupam (ou são interpelados a ocuparem) em cada sociedade, lugar, em modo contexto-dependente (Meyer, 2014) articuladas a marcadores da diferença que assumem maior ou menor força dentro de uma dada cultura, como já afirmamos no início deste trabalho.

O(s) discurso(s) da promoção da saúde voltado(s) para a população posicionada como idosa não atuam somente sobre os corpos dos indivíduos de forma isolada, mas também sobre o corpo da população, a fim de produzir comunidades e populações saudáveis, de acordo com as normas que os conhecimentos, principalmente os da área biomédica, produzem (Alvarenga, 2012) e que se espalham nas redes de significação populares.

De acordo com Foucault (2001f), o capitalismo socializou o corpo como objeto de força de trabalho, a força de produção; e o controle social sobre os indivíduos para maior êxito passa a ser operado sobre o corpo, estando as práticas de saúde envolvidas em processos de controle e disciplinamento (Alvarenga, 2012). Esses arranjos biopolíticos aparecem amplificados neste momento da pandemia provocada pela Covid-19, pressupondo uma população a gerir de forma a melhor responder às investidas das políticas sanitárias, alinhadas aos modelos de austeridade e recuo da presença do Estado.

Nossas análises nos permitem sugerir que as condições de possibilidade que permitiram a emergência e circulação das interpelações – sejam injuriosas, abjetas, tutelares ou normalizadoras – na direção de pessoas idosas circunscrevem-se em uma racionalidade político-econômica e cultural, que aciona práticas de objetivação (a fixação da diferença, a posição idoso(a), por exemplo) que se acoplam facilmente ao seu regime epistêmico de produção de inteligibilidades, condição para a governamentalidade.

Ponderamos, por fim, que a velhice não pode ser entendida como uma experiência prontamente compartilhável (ou um referente populacional puro – significativa transcendental), reduzida a uma palavra ou representação inquestionável. Como experiência também fabricada, em certa medida, ela é performativa – é através de rituais linguísticos, estilizações repetidas que ela assume certo caráter de real inquestionável, abrindo espaço para a produção de normas e para a regulação cultural, política e econômica dos corpos-sujeitos, bem como a recusa total ou negociada dessas formas e tentativas de dominação (Pocahy, 2019).

PA

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. Em Live, ABIA reafirma atuação com base nos direitos humanos e na luta contra o monopólio e as desigualdades para vencer pandemia. **Portal Abia**, 21 out. 2020. Disponível em: <http://abiaids.org.br/abia-aposta-nos-direitos-humanos-e-na-luta-contr-o-monopolio-e-as-desigualdades-para-vencer-pandemia/34309>. Acesso em: 11 nov. 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

ALVARENGA, Luiz Fernando Calage. **A arte de envelhecer ativamente**: articulações entre corpo, gênero e sexualidade. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERSHE, Fabio. (Org.) ; MARONA, Marjorie. (Org.).

Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; FRANÇA JÚNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETTI FILHO, Heraldo César. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de (org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-139.

BIRMAN, Joel. Terceira idade, subjetivação e biopolítica. *História, Ciências, Saúde Manguinhos* (impresso), v. 22, p. 1267-1282, 2016.

BRASIL. Cidadania e Assistência Social. Disque 100. **Aumenta número de denúncias de violação aos direitos de idosos durante pandemia.** 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/06/aumenta-numero-de-denuncias-de-violacao-aos-direitos-de-idosos-durante-pandemia>. Acesso em: 11 nov. 2020.

PA

BROWN, Wendy. **El pueblo sin atributos.** La secreta revolución del neoliberalismo. Barcelona/México/Buenos Aires/Nueva York: Malpaso, 2017.

BUTLER, Judith. **Humain, inhumain.** Le travail critique des normes. Entretiens. Paris: Éditions Amsterdam, 2005.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra.** Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CABANNAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia.** Fabricando cidadãos felizes. São Paulo: Ubu editora, 2022.

CAMPOS, Brisa; TCHALEKIAN, Bruna; PAIVA, Vera. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de Sars-Cov-2/Covid-19 em São Paulo. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, 2020.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CASTRO, edgardo. **Vocabulário de Foucault.** Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CASTRO, Gisela GS. O idadismo como viés cultural: refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias. **Galáxia** (São Paulo), p. 79-91, 2016.

CHAGAS, Viktor; FREIRE, Fernanda Alcântara; RIOS, Daniel; MAGALHÃES, Dandara. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. **Intexto**, n. 38, p. 173-196, jan./abr. 2017.

CHAMAYOU, Gregoire. **A sociedade ingovernável:** uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

COSTA, Marisa Vorraber; WORTMAN, Maria Lúcia; BONIN, Iara Tatiana. Contribuições dos Estudos Culturais às pesquisas sobre currículo – uma revisão. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 509-541, set./dez. 2016.

COUTO JR, Dilton; POCAHY, Fernando; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de; Ensinar-aprender com os memes: quando as estratégias de subversão e resistência viralizam na internet. **Periferia**, v. 11, n. 2, p. 17-38, 2019.

PA

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita Grin. A vida adulta e a velhice no cinema. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Cinema, velhice e cultura**. Cinedebate. Campinas: Editora Alínea, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne Carolina; BUAES, Caroline Stumpf. Apresentação – Educação e Envelhecimento. **Educação e Realidade**, v.40, n.1, p.9-15, 2015.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOARES, Maria da Conceição Silva; ALVES, Nilda. Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação no Brasil. **Pedagogia y Saberes**, n.46, p.7-17, 2017.

FOLHA DE S. PAULO. Memes imploram para idosos ficarem em casa durante quarentena contra coronavírus. **Folha de S. Paulo**, Blog #Hashtag, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2020/03/22/memes-imploram-para-idosos-que-fiquem-em-casa-durante-quarentena-contracoronavirus/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001a.

FOUCAULT, Michel. Une esthétique de l'existence. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001b.

FOUCAULT, Michel. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001c.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de l'identité. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001d.

FOUCAULT, Michel. Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001e.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001f.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PA

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 4.reimp. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00278110, 2020.

GULLETTE, Margaret Morganroth; TATO, Ariadna Molinari. Los estudios etarios como estudios culturales. Más allá del slice-of-life. *Debate Feminista*, 42, 1, octubre, pp. 79-111, 2010.

GROISMAN, Daniel. Envelhecimento, direitos sociais e a busca pelo cidadão produtivo. **Argumentum**, v. 6, n. 1, p. 64-79, 2014.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri Editora, Editora PUCRio; 2016.

HUTCHISON, Ângela M. M. de L. Envelhecimento, gestão da(s) velhice(s) e cuidado(s) na pandemia de Covid-19. **Revista Estudos Culturais**, [S. l.], v. 1, n. 6, p. 38-59, 2021.

IBGE. Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 ano. **Agência IBGE Notícias**, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>. Acesso em: 17 nov. 2020.

ICICT/FIOCRUZ. **Covid-19**: pesquisa analisa impacto da pandemia no trabalho e renda da pessoa idosa. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), 2020a. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-pesquisa-analisa-impacto-da-pandemia-no-trabalho-e-renda-da-pessoa-idosa>. Acesso em: 12 nov. 2020.

ICICT/FIOCRUZ. **Idosos negros têm menos acesso ao auxílio de cuidadores contratados**. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), 2020b. Disponível em: <https://www.iciict.fiocruz.br/content/idosos-negros-tem-menos-acesso-ao-auxilio-de-cuidadores-contratados>. Acesso em: 12 nov. 2020.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 35-86.

PA

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. **Sociologia**, n. 52, p.109-132, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever...**Educação, Sociedade & Culturas**, n. 25, p. 235-245, 2007.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Claudia Leite; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00074420, 2020.

MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. **Revista Movimento**, v.9, n. 3, p.33-58, set./dez.2003.

MORAES, Claudia Leite; MARQUES, Emanuele Souza; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto Ribeiro; SOUZA, Edinilsa Ramos. Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, supl.2, p. 4177-4184, 2020.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; ALVES, Júlia Somberg; OLIVEIRA, Renata Ghislendi; NATIVIDADE, Cláudia. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, 2020.

MOTTA, Alda Britto. Palavras e convivência – Idosos, hoje. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, Dossiê Gênero e Velhice, n. 1, v. 5, 1997.

OLIVEIRA, Fabio; CARVALHO, Henrique Rabello; JESUS, Jacqueline Gomes. LGBTI+ em tempos de Pandemia da Covid-19a. **Diversitates Int. J.**, v. 12, n.1, p. 60-94, 2020.

OYĖWÙMÍ, Oyeronke. **La Invención de las Mujeres**: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: Editora En La frontera, 2017.

PA

POCAHY, Fernando Altair. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstitucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade.. **Revista Polis e Psique**, v. 1, p. 254-275, 2011.

POCAHY, Fernando Altair. Gênero, sexualidade e envelhecimento: miradas pós-críticas na educação. **Momento** - Diálogos em Educação, v. 3, p. 87-111, 2019.

POCAHY, Fernando Altair. Onde está o “X” da/na questão ?. **Pensar a Educação em Pauta**, Belo Horizonte, 19 nov. 2021. Disponível em <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/onde-esta-o-x-da-na-questao/>. Acesso em 17/03/2022.

PONTES, Ana Lúcia; ALARCON, Daniela Fernandes; KAINANG, Joziléia Daniza; SANTOS, Ricardo Ventura. **Relatório-síntese do seminário “Vulnerabilidades, impacto e enfrentamento ao Covid-19 no contexto dos povos indígenas: reflexões para a ação”**. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41196/2/VulnerabilidadesPovosIndigenas.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, n. 38, p. 45-49, 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471>. Acesso em: 11 nov. 2020.

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança *queer*? **Revista Jangada - Crítica, Literatura, Artes**, n. 1, p. 96-99, 2013.

PRECIADO, Paul B. **Yo soy El monstruo que os habla**. Informe para una academia de psicoanalistas. Barcelona: Editorial Anagrama, 2020.

QUEIROZ, Guilherme; CAMPOS, Mariani. Como estão os idosos durante a quarentena. **Veja São Paulo**, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/como-estao-os-idosos-durante-a-quarentena/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

REVISTA ISTOÉ. Vídeo: Homem usa fantasia da Morte para “expulsar” idosos de rua no interior de SP. **Revista Istoé**, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/video-homem-usa-fantasia-da-morte-para-expulsar-idosos-de-rua-no-interior-de-sp/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**. Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Editora Sulina/ Editora da UFRGS, 2011.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644464068>

SAFATLE, Wladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Wladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, pp. 17-44.

PA

TERTO JR, Veriano. Lições do combate à AIDS deveriam ser usadas para enfrentar a Covid. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1896-lico-es-do-combate-a-aids-deveriam-ser-usadas-para-enfrentar-a-covid.html>. Acessado em 17/03/2022.

WENETZ, Ileana; ALVARENGA, Luiz Fernando Calage. Educação, saúde e geração: reflexões em diversos espaços de intervenção. **Textura**, n.33, p.91-109, jan./abr. 2015



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)